

Recebimento: 25/09/2019

Aceite: 16/05/2022

O DESENVOLVIMENTO DA AUTOGESTÃO E DA SOLIDARIEDADE NAS LOJAS DA ECOSOL EM CANOAS, RS

THE DEVELOPMENT OF SELF MANAGEMENT AND SOLIDARITY IN ECOSOL SHOPS IN CANOAS, RS

Cléo Zorzi Montanari¹
Robinson Henrique Scholz²

Resumo

O presente artigo trata sobre como a autogestão é desenvolvida na gestão compartilhada nas lojas ECOSOL Canoas, tendo em vista as práticas de solidariedade, na perspectiva de as lojas serem constituídas como ferramentas de economia solidária, sendo essa fundamentada em quatro características básicas: cooperação, solidariedade, viabilidade econômica e autogestão. Foi adotado como método de pesquisa o estudo de caso, em uma abordagem qualitativa, descritiva, tendo como instrumento de coleta de dados 10 entrevistas semiestruturadas, 02 documentos da loja e 8 observações diretas registradas em diários de campo no período de 22 a 30 de abril de 2019. A técnica da análise de conteúdo foi utilizada na interpretação dos dados. Os dados da pesquisa financiada pela FAPERGS apontam que a autogestão das lojas é desenvolvida nas tomadas de decisões e solidariamente nas responsabilidades a partir das plenárias, na construção e aplicação do Regimento Interno das lojas, assim como também na eleição da equipe de coordenação, a qual exerce papel fundamental de liderança e moderação.

Palavras-chave: Autogestão. Solidariedade. Economia solidária. ECOSOL.

Abstract

This article is about how self-management is developed in shared management in ECOSOL Canoas stores, in view of solidarity practices, from the perspective of stores being constituted as tools of solidarity economy, based on four basic characteristics: cooperation, solidarity, viability. economic and self-management. It was adopted as a research method the case study, in a qualitative, descriptive approach, having as data collection instrument, 10 semi-structured interviews, 02 store documents and 8 direct observations registered in field diaries from 22 to 30 april 2019. The content analysis technique was used to interpret the data. The data from the research financed by FAPERGS indicate that the self-management of the stores is developed in decision-making and jointly in the

¹ Graduado em Processos Gerenciais pela Universidade La Salle, Canoas – RS, Brasil. E-mail: czmzorzi@gmail.com

² Doutor em Ciências Sociais (UNISINOS). Professor da Universidade La Salle, Canoas – RS, Brasil. E-mail: robinsonscholz@hotmail.com

responsibilities from the plenary sessions, in the construction and application of the Internal Regulation of the same, as well as in the election of the coordination team, being that it plays a key role of leadership and moderation.

Keywords: Self-management. Solidarity. Solidarity economy. ECOSOL.

Introdução

No Brasil, a partir de 1980, o crescimento sistemático do desemprego ocasionou a precarização do trabalho informal e ainda a falta de perspectivas de inserção no trabalho formal, o que levou à busca de economias alternativas, dentre elas a Economia Solidária, que pode ser observada em três dimensões: i) economicamente, propondo a autogestão; ii) culturalmente, produzindo e consumindo produtos locais e saudáveis; iii) politicamente, com uma mudança na sociedade, a partir dos valores da solidariedade, democracia, cooperação, preservação ambiental e dos direitos humanos.

No estado do Rio Grande do Sul, Brasil, em 1999, foi criado o Grupo de Pesquisa em Economia Solidária e Cooperativa (ECOSOL), com o objetivo de investigar experiências associativas e cooperativas; a partir dele, se mobilizaram as articulações dos Fóruns de Economia Solidária nos níveis municipais, regionais, estaduais e federal. Nesse sentido, na cidade de Canoas, foi construído e organizado o Fórum Municipal de Economia Popular Solidária, no sentido de ampliar os espaços de discussões e movimentar a economia solidária por meio dos empreendimentos econômicos solidários.

Em 18 de dezembro do ano de 2012, por meio da Lei nº5717, institui-se a Política de Fomento à Economia Popular Solidária no Município de Canoas/RS, passando a dar segurança jurídica ao Fórum e reunindo empreendimentos canoenses da área do artesanato, alimentação e agricultura familiar urbana em dois espaços fixos na cidade, constituindo as lojas ECOSOL de Canoas: na Estação Canoas/La Salle da Trensurb S.A. e na Praça da Bíblia, ambos no centro da cidade.

Partindo desse contexto, tem-se como problema de pesquisa: como a autogestão é desenvolvida na gestão compartilhada nas lojas ECOSOL de Canoas, tendo em vista as práticas de solidariedade? Sendo assim, é objetivo do presente estudo compreender como a autogestão é desenvolvida na gestão compartilhada nas lojas ECOSOL de Canoas, visando às práticas de solidariedade. Os objetivos específicos são: a) avaliar os empreendedores, no sentido de pertencimento e responsabilidade na gestão; b) analisar os critérios possíveis de entrada como expositor levando em consideração a solidariedade; c) estudar os critérios passíveis de punição ou exclusão das lojas pela ótica da autogestão; d) observar a dicotomia entre trabalho e renda, dentro dos valores propostos pela ECOSOL.

Este artigo é um dos resultados da pesquisa financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do RS – FAPERGS, a respeito da compreensão da economia solidária e suas práticas no município de Canoas, RS. O método adotado neste estudo é de abordagem qualitativa e descritiva, tendo como procedimento técnico o estudo de caso. As técnicas de coleta de dados utilizadas foram a consulta aos documentos das lojas, a aplicação de 10 entrevistas semiestruturadas e 8 observações diretas no período de 22 a 30 de abril de 2019, registradas em diários de campo. Os dados foram interpretados por meio da análise de conteúdo.

Esse artigo está composto por uma introdução, seguida de três seções e das considerações finais. Na primeira seção, encontra-se o referencial teórico; na segunda, o método de estudo; e na terceira, a análise dos dados coletados. As considerações finais encerram o trabalho.

Economia Solidária

A economia solidária surgiu como uma forma alternativa de enfrentamento à exclusão do modo capitalista, mas no Brasil só a partir da década de 1990 é que ela vem sendo percebida em diferentes categorias sociais antes marginalizadas. Estas se transformam em variadas maneiras de organização do trabalho, tais como associações, cooperativas ou grupos informais coletivos de produção de bens e geração de renda (FERRARINI et al., 2018). Para Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), a economia solidária diferencia-se de outras iniciativas econômicas e abrange um campo da

economia social fundamentalmente por certas características, como a propriedade coletiva, o protagonismo dos próprios trabalhadores e a autogestão do empreendimento, com peculiaridades e referências próprias, desenvolvendo-se com práticas dotadas de singularidade e criatividade. No entanto, o foco principal desses grupos é a geração de bem-estar social e sobrevivência digna para seus associados. As extensões dos limites econômicos são assim explicadas por Ferrarini et al. (2018, p. 308):

A economia solidária não se trata apenas de uma forma de produção da vida material, mas de formas alternativas de construir vínculos e práticas políticas que reconstróem redes de proteção primária e que são capazes de reduzir situações de vulnerabilidade, fortalecer identidades e promover cidadania.

Suas relações são definidas com base na cooperação, valorização e preservação do sujeito e da sociedade (SANTOS et al., 2016). A economia solidária se contrapõe a um sistema de produção em massa e centralização do trabalho como necessidade de subsistência humana. Traz em seu bojo um desenvolvimento comunitário ou solidário, porque dele participam todos os envolvidos como sociedade coletiva; seus resultados econômicos, políticos e culturais são compartilhados com respeito à diversidade de raça, etnia e gênero, construindo uma nova forma de inclusão social. Para Pessy e Scholz (2015), a economia solidária se caracteriza como uma forma eficiente de geração de renda e estabelecimento das relações sociais entre pessoas e suas necessidades.

A cooperação parte da existência de interesses e objetivos comuns e da união dos esforços e capacidades, no aspecto de que a "economia solidária veio a abarcar, em seu processo de expansão, diversas categorias sociais e variadas modalidades de organização, como unidades informais de geração de renda" (FERRARINI et al., 2018, p. 307). Neste sentido, Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 91) apontam para a diversidade de formas de cooperação, como exemplo: "associações, grupos informais, cooperativas, empresas de autogestão, iniciativas locais no campo dos serviços sociais e de assistência a pessoas necessitadas, empresas sociais e finanças solidárias". Essas organizações coletivas agregam um conjunto de atividades individuais e familiares para aqueles que trabalham e constituem a comunidade contribuindo para o seu desenvolvimento (BRAND, 2016).

Segundo Gross (2016), o cooperativismo tem um papel importante na economia solidária por suas características próprias, tais como o controle democrático por parte dos membros, o compromisso com a educação dessas pessoas, a distribuição de responsabilidades e resultados. Assim, há sentimentos de pertencimento sobre o negócio e nas decisões coletivas.

O processo decisório por parte dos integrantes do grupo se diferencia das falsas cooperativas, as quais, segundo Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017, p. 91), "se valem do marco legal cooperativo para intermediarem mão de obra a baixo custo, mantendo intacta a hierarquia da empresa e a divisão entre capital e trabalho.", fugindo dos propósitos da cooperação livre e democrática.

A dimensão econômica dos projetos de economia solidária é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica que, em conformidade com Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), pressupõe indivíduos não apenas inteiramente altruístas, mas multifuncionais e dotados de plena racionalidade comunicativa. Implica dizer que é necessário garantir, com meios próprios, a continuidade de sua atividade econômica, assumindo então os custos e os riscos inerentes, sem depender de aportes externos.

Após conceituar o tema da economia solidária, a próxima seção expõe as bases conceituais da solidariedade, as quais dialogam com o escopo deste estudo.

Solidariedade

A solidariedade vem na proposição da inclusão, tendo o sujeito como parte de uma sociedade, ou como contraponto à exclusão social, uma vez que busca agregar os indivíduos desfavorecidos economicamente ao crescimento coletivo. Mendonça (2018, p. 98) assim a define:

A solidariedade, etimologicamente, remonta ao termo *solidum* que em latim significa algo coeso, inteiro, compacto. Está associada, portanto, não apenas a valores éticos, mas também

à concepção de igualdade, uma vez que todos integram uma mesma comunidade e devem, assim, zelar pelo seu bem-estar.

A solidariedade, de acordo com Bajoit (2006), pode ser compreendida em duas lógicas: na lógica da reciprocidade, em que cada um possui alguma coisa que é útil ao outro e está disposto a dar em troca de algo de que necessita; e na lógica da gregariedade, compreendendo que cada indivíduo do grupo possui algo que falta a todos e se completam quando estão em conjunto. A combinação ou articulação das lógicas de solidariedade traduz-se em grupos mais sólidos, no entanto outros se organizam em uma única lógica com relações mais frágeis, mas mesmo assim muito interessantes.

Gaiger e Santos (2017, p. 302) compreendem que os movimentos sociais conseguem experiências virtuosas quando buscam bases na reciprocidade, entendendo-a na grandeza de um princípio econômico, equivalente aos demais, pois “reciprocidade pode ser examinada no âmbito das práticas sociais em seu papel de vetor axiológico e moral que impulsiona as modalidades concretas de prestações mútuas e sucessivas entre pessoas, coletividade e povos”. No contexto de economia solidária, se observa o caráter de solidariedade desde a justa distribuição dos resultados, na melhoria das condições de vida dos participantes, bem como nas relações que se estabelecem com a comunidade local ou com os outros movimentos sociais. Complementando, de acordo com Brand (2016, p. 161), “outro fundamento está na solidariedade, promovida entre participantes que estabelecem entre si vínculos sociais de reciprocidade em seus relacionamentos de cooperação”. Assim, conforme Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), a solidariedade contribui na redução de fronteiras entre interesses individuais e coletivos e estimula as práticas de vivências concretas na gestão do bem comum.

Depois de apresentar a compreensão da solidariedade no contexto da economia solidária, a seção seguinte fundamenta a autogestão nas práticas de participação coletiva e democrática.

Autogestão

O conceito de autogestão está relacionado em um contexto de participação coletiva e democrática, proporcionando autonomia para que indivíduos se tornem responsáveis por decisões, controles e rumos de um empreendimento (BRAND, 2016). Costa (2018) parte do princípio de que os trabalhadores tomam os meios de produção e auto-organizam o trabalho e a vida. Agora, para que ocorra autogestão, é necessário o reconhecimento, por parte dos sócios, de que todos têm os mesmos direitos e partilham de um projeto em comum, em igualdade de capacidades e condições. Em outras palavras, “a gestão democrática estimula a participação e garante que as deliberações fundamentais sejam tomadas pelo conjunto de sócios; é a forma que mais se adequa à natureza coletiva e igualitária da economia solidária” (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2018, p. 153).

Gross (2016) aponta como desafio à autogestão em empreendimentos econômicos solidários as grandes dificuldades relacionadas com a falta de especialização e qualificação profissional dos cooperados; embora havendo exceções, a grande maioria não possui conhecimentos em áreas administrativas gerenciais, contábeis ou financeiras. Esse pensamento vai ao encontro do estudo sobre o desafio à autogestão em Borges et al. (2013, p. 104): “diz respeito à capacidade que os membros de um empreendimento têm de geri-lo com eficiência na ausência de um especialista”.

Segundo os estudos de Gross (2016, p. 50), nem todos os empreendimentos solidários são pautados pelos mesmos valores ideológicos entre os trabalhadores de gestão democrática; alguns apresentam valores diferentes dos pregados à autogestão, pois “há que se questionar sobre a sustentação efetiva da economia solidária embasada na autogestão e na solidariedade incondicionais”. No entanto, o envolvimento e a colaboração com o empreendimento tornam-se uma exigência ao indivíduo como participante do grupo, de vez que a colaboração e suas ações vão impactar nos demais participantes. Santos et al. (2016, p. 51) trazem, como observação ao modo de gerenciamento, diferentes comportamentos entre os membros: “enquanto alguns compreendem e assumem o modo de construção e aprendizado diário, outros, no entanto, percebem apenas como uma fonte de renda alternativa sem envolver-se na autogestão.”

Após a apresentação do referencial teórico deste artigo, a seguir estão descritos o método de pesquisa e a contextualização do estudo.

Método

O estudo financiado pela FAPERGS, sob Termo de Outorga nº 17/2551-0000863-4, foi desenvolvido por meio da abordagem qualitativa, por buscar compreender como se dá a autogestão do caso em estudo; conforme Minayo (2012, p. 693), "o verbo principal da análise qualitativa é compreender. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se no lugar do outro".

A pesquisa foi descritiva, pois teve "como objetivo primordial a descrição das características de demanda população ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relação entre variáveis" (GIL, 2002, p.42). Como procedimento técnico, optou pelo estudo de caso (YIN, 2001) por levar em conta os dados coletados especificamente da ECOSOL Canoas, nas lojas mencionadas. Este método "se concentra no estudo de um caso particular considerado representativo de um conjunto de análogos, por ele significativamente representativo" (SEVERINO, 2016, p. 128).

Para obtenção dos dados, foram usados como instrumentos de coleta 10 entrevistas semiestruturadas entre os dias 22 a 30 de abril de 2019, as quais foram gravadas e transcritas para serem devidamente analisadas posteriormente. Também se valeu de 8 observações diretas, nos mesmos dias referidos, e de 02 documentos referentes ao empreendimento, sendo o Regimento Interno e o Livro Caixa. Conforme Pádua (2016), em uma entrevista semiestruturada o pesquisador organiza um roteiro de questões sobre o tema, permite ou incentiva que o entrevistado fale espontaneamente sobre o assunto, revelando nuances que vão colaborar com o tema principal. Na observação direta, de acordo com Yin (2001), se pode avaliar de maneira formal ou informal a incidência de certos comportamentos em um determinado tempo, oferecendo informações ou características adicionais sobre o que está sendo estudado. Os documentos vêm complementar o estudo de caso, que para Severino (2016, p. 128) "é toda forma de registro e sistematização de dados, informações, colocando-os em condições de análise por parte do pesquisador".

Os dados coletados foram analisados utilizando como técnica a análise de conteúdo, que, segundo Campos (2004), é um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos de um documento, referindo-se ao estudo tanto dos conteúdos nas figuras de linguagem, reticências, entrelinhas, a partir da criatividade e capacidade do pesquisador.

Contextualização das Lojas ECOSOL Canoas

As lojas, objetos do estudo de caso proposto, são de empreendimentos econômicos solidários que integram o Fórum de Economia Popular Solidária de Canoas (ECOSOL) e estão localizadas no município em dois endereços: na Estação Canoas/La Salle da Trensurb S.A., junto ao Centro de Informações Turísticas (a loja foi inaugurada em 12 de junho do ano 2014), e na Praça da Bíblia, próximo à Rodovia BR 116 (inaugurada em 21 de outubro de 2017). Os espaços criados pela Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico são destinados à exposição e ao comércio por grupos integrados ao Fórum da cidade. No local, são comercializados artesanatos, produtos alimentícios, flores, além da parte cultural que opera na compra, venda e troca de livros, CDs, DVDs e discos de vinil.

O atendimento aos clientes é realizado por integrantes do Fórum que assumem o papel de expositores das lojas, sendo 16 expositores na Loja da Praça da Bíblia e 28 expositores na Loja Estação Canoas/La Salle, que se dividem em escala para atender nos turnos da manhã e tarde. As lojas funcionam das 9h às 19h, de segunda-feira a sexta-feira, e em datas temáticas como Dia das Mães, Feira do Livro, Dias dos Pais e Natal. O espaço é aberto também aos sábados, com atendimento das 9h às 16h.

Após o esclarecimento quanto ao método utilizado, assim como a contextualização das Lojas ECOSOL Canoas, a análise de dados é apresentada na próxima seção.

Análise dos dados

Esta seção tem grande importância no artigo, pois buscou-se elucidar o problema de pesquisa, a partir da compreensão e análise dos dados coletados, por meio do desdobramento dos objetivos específicos interpretados separadamente, conforme apresentados a seguir.

Participação, tomadas de decisão e responsabilidade.

As Lojas ECOSOL Canoas, por serem compostas por empreendimentos econômicos solidários, têm como princípio a autogestão, o que, em conformidade com Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), requer o envolvimento dos sócios na gestão e idêntico poder de decisão. Em contribuição a isso, Brand (2016) aponta a autogestão como uma autonomia para que indivíduos se tornem responsáveis por decisões, controles e rumos em um empreendimento.

Neste contexto, o envolvimento e a participação dos membros das lojas nas tomadas de decisões (SANTOS et al., 2016) fica compreendido na fala do Entrevistado 5: “A tomada de decisões é em conjunto, a gente todos os meses tem uma reunião na plenária, e daí lá é discutido todas as dificuldades, as coisas que vai chegar, o que vai sair, o que pode e o que não pode”. Em colaboração, o Entrevistado 1 explica: “[...] todo mundo tem poder de colocar ideias, é sempre assim, pra melhorar e se vê o que é melhor, é adotado”. Percebe-se a partir dos dados a essência da autogestão presente nas práticas de autogestão da loja, indo ao encontro dos estudos de Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018).

No entanto, se pode observar uma carga maior da equipe de coordenação das Lojas, como dito pelo Entrevistado 3: “[...] é, não é bem assim, sabe que é um bando de mulher, né? Mas não é bem assim, tem aquelas que decidem mais as coisas e a gente obedece”. Essa posição da coordenação também fica evidenciada no Entrevistado 10: “[...] a gente, pode opinar, mas as decisões são das coordenadoras do fórum”. Nota-se que a contradição é presente na vida em sociedade e não foge à regra em um empreendimento como o pesquisado, devendo ser percebido de acordo com as suas relações sociais (MENDONÇA, 2018). Associa-se neste sentido um papel fundamental de liderança; para Seghetto e Scholz (2015, p. 15): “componente liderança, está relacionado ao sucesso ou fracasso de uma determinada equipe e como conseguir alcançar determinado objetivo”. Esse pensamento vai ao encontro da fala do Entrevistado 6: “Invariavelmente sempre vai ter alguém que vai coordenar, pode não ter o nome de coordenadora, mas sempre vai ter um líder”. O reconhecimento dessa liderança é observado pelo entrevistado, demonstrando a importância de uma coordenação que possa compartilhar os processos autogestionários (SCHOLZ; BROCHIER; ROMERO, 2014), como exemplo do Entrevistado 4: “[...] sem a coordenação muita coisa não aconteceria”, contribuindo para esse entendimento com base no Entrevistado 3: “Sem coordenação não funcionaria, neste ponto elas têm razão [...]”. Verifica-se a necessidade de processos de liderança presentes na relação com o coletivo de trabalho da loja, pautado pela confiança e aprendizagem coletivas (SCHOLZ; VERONESE, 2019).

A coordenação é respaldada como apta a resolver casos administrativos urgentes de manutenção da loja, sem consulta prévia da assembleia, pelo artigo 6, alínea “a” do Regimento Interno, que se refere à estrutura organizacional das lojas: “a Coordenação das Lojas, composta de sete (07) membros, estará apta a resolver casos administrativos tais como manutenção das lojas, sem que para isso tenha consulta prévia à assembleia das Lojas [...]”. Porém, de acordo com Mendonça (2018), a solidariedade vem em uma perspectiva de comprometimento e concepção de igualdade, de uma vez que todos integram e devem zelar pelo bem-estar e crescimento do coletivo, pois, conforme Bajoit (2006), nenhuma coletividade sobrevive se não ocorrer a divisão das tarefas e socialização entre os membros dela, para que sejam integrados a essa divisão. Neste sentido, é necessária a divisão de responsabilidades. Essa compreensão fica entendida na fala do Entrevistado 1: “[...] sim, acho que o que acontece sendo bem ou ruim é responsabilidade de todos [...]”. Contribuindo para este entendimento, o Entrevistado 5 reporta que: “Todos cuidam da loja, todas são responsáveis, tem um grupo de pessoas que coordenam o fórum, cuida da organização, mas em si, todas têm obrigação de cuidar do espaço, de atender bem”. Ainda neste aspecto de solidariedade frente às responsabilidades, mostra-se clareza na fala do Entrevistado 8: “[...] é economia solidária, todo mundo se ajudando, trabalhando junto, dividindo os trabalhos, as responsabilidades”. Tal pensamento alinha-se ao entendimento de Ferrarini et al. (2018, p. 308): “A primazia da solidariedade em tais empreendimentos manifesta-se no envolvimento de seus membros com a gestão cotidiana, na socialização dos recursos produtivos e na adoção de princípios de equidade”.

Ainda na perceptiva de autogestão, Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) percebem que a gestão coletiva cumpre a missão social nos empreendimentos de economia solidária, quando o controle, gestão e propriedade coletiva se dão no exercício de poder igual para todos, nas atividades econômicas, decisão e compartilhamento dos resultados, por meio da administração transparente e democrática (BRAND, 2016). Neste viés, se observa o fator pertencimento dos empreendedores envolvidos na voz do Entrevistado 2: “[...] eu me sinto como dono, porque o prefeito paga o aluguel,

mas o que tem aqui é nosso! É como dizemos, a loja é de todos!”. Somadas a esta percepção, tem-se as falas do Entrevistado 3: “[...] dono(a), sim, com certeza é nossa loja” e do Entrevistado 4: “[...] a gente tem orgulho de dizer a nossa loja [...]”.

Na análise dos dados obtidos, com vistas a se obter respostas ao primeiro objetivo específico, percebe-se que há posturas empreendedoras e comprometidas com as lojas e dividindo responsabilidades solidariamente, como parte do grande grupo, regido por uma coordenação, sendo essa composta por membros do grupo, ou seja, sendo protagonista do empreendimento.

A próxima seção vai tratar do segundo objetivo específico, no que tange à análise dos critérios possíveis de entrada como expositor, levando em consideração a solidariedade.

Critérios de entrada como expositor com vistas à solidariedade

Os propósitos dos empreendimentos econômicos solidários contrapõem-se a um sistema de produção em massa e centralização do trabalho como necessidade de subsistência humana. Neste contexto, para Brand (2016), o trabalho é inerente ao indivíduo como forma de autonomia. Conforme Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), tais empreendimentos possuem peculiaridades e referências próprias, desenvolvendo-se com práticas dotadas de singularidade e criatividade. Associado a isso, Ferrarini et al. (2018) salientam que a eles não cabem apenas o desígnio de luta contra pobreza, nem de bondade e compaixão, por não se tratar de instituições de caridade. Para esses coletivos, cabe também o papel de divulgar e praticar ações solidárias na ocorrência das práticas de entradas e saídas de novos participantes nas lojas.

À medida que os coletivos vão se consolidando (COSTA, 2018), ocorrem inclusões de novos participantes. Para ser um expositor nas lojas, percebeu-se que é necessária uma caminhada desse novo associado em um empreendimento econômico solidário; o candidato a expositor, bem como o empreendimento, devem participar do Fórum de Economia Solidária de Canoas por ao menos 1 ano, como comentado pelo Entrevistado 5: "Aqui não pode entrar direto, tem que ter uma caminhada, participar de um grupo, participar das reuniões, 1 ano de economia solidária", e complementado pelo Entrevistado 2: "Tem que ter grupos dentro da economia solidária pra participar da loja. A gente passa por triagem, tudo para poder fazer parte aqui da loja". Essas falas juntam-se ao que propõe o Regimento Interno dos Empreendimentos, no artigo 21, alínea "a", em relação ao grupo: "Para participar das Lojas, o grupo deverá estar participando no mínimo, por um (01) ano do Fórum ECOSOL", e na alínea "b", que trata o expositor como indivíduo participante: "Para participar das Lojas, a pessoa deverá estar participando no mínimo, por um (01) ano do Fórum". Percebe-se que há uma preocupação no sentido de que os novos entrantes estejam com pensamento alinhado aos propósitos da economia solidária (GROSS, 2016), como evidenciado na fala do Entrevistado 9: “[...] têm os princípios da economia solidária, e aí passa pra nós; a gente lê bastante pra saber até onde a gente vai suportar, aguentar, respeitar e aí fazer nossa parte. Estar de acordo com o estatuto do Fórum e da loja”. Destaca-se a percepção do entrevistado sobre os princípios da economia solidária, tais como a autogestão, a cooperação, a responsabilidade social e a democracia (SEGHETTO; SCHOLZ, 2015).

Cabe observar que, como referido no Diário de Campo do dia 28/04/2019, "O Regimento Interno encontra-se fisicamente na loja para acesso de todos". Ainda sobre o regimento, ele também traz essa recomendação, em relação à observação dos princípios de economia solidária, propósito das lojas, como regras ao grupo para participar dela:

Art. 3 - para participar da Loja o grupo deverá: a) ter cadastro no Fórum Canoense de Economia Solidária; b) ser autogestionária, respeitar os princípios da democracia e da Economia Solidária; c) ser encaminhado pelo Fórum Canoense de Economia Solidária de acordo com as regras da triagem do mesmo.

Nesta perspectiva, observa-se um estímulo à solidariedade (MENDONÇA, 2018) quando os novos participantes estabelecem entre si vínculos sociais de reciprocidade e práticas solidárias (PESSY; SCHOLZ, 2015) no espaço do Fórum, em conformidade com Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), nas vivências concretas de gestão do bem comum, da justiça e do interesse coletivo, antes mesmo de serem incluídas nas lojas. Esse reflexo é percebido na fala do Entrevistado 4: "É bom que

essas pessoas que entram agora já são da economia solidária, então elas sabem como é, elas já participam".

Em outro aspecto, um fator também avaliado aos novos participantes diz respeito à qualidade dos trabalhos desenvolvidos, pois, em conformidade com Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), pressupõem-se indivíduos capazes de garantir, com meios próprios, a continuidade de sua atividade econômica e o êxito do empreendimento. Partindo desse pensamento, as Lojas da ECOSOL Canoas destinam-se ao comércio de produtos de artesãos do município, produtos alimentícios e produtos voltados à cultura (GAIGER; SANTOS, 2017). Nesse contexto, ocorrem triagens pela coordenação em busca de produtos de qualidade, diversificação e viabilidade das lojas, conforme afirma o Entrevistado 2: "[...] primeiro vão ver o que não tem na loja, colocar uma coisa diferente, não as mesmas coisas, pode até ser a mesma técnica de artesanato, mas com público diferente". Segundo o Entrevistado 6: "a coordenação avalia se o produto é bem feito, se é artesanal, tem que ser ao menos 70% artesanal; disso elas não abrem mão". Essas características, em conformidade com Brand (2016), remetem à finalidade de constituição dos empreendimentos econômicos solidários, que buscam zelar pela quantidade e qualidade do trabalho dos participantes. Em conformidade ao Entrevistado 1: "[...] a coordenação é quem determina a entrada ou não na loja [...]". Esse papel é reconhecido também pelo Entrevistado 5: "[...] elas já têm uma opinião formada, um sistema de trabalhar, então é mais ou menos aquilo ali, né". As referidas falas correspondem ao Diário de Campo do dia 23/04/19: "os alimentos fornecidos no estabelecimento são baseados na alimentação saudável, natural, sem conservantes, sem aditivos e não são fritos".

Em um outro momento, depois de passarem pela triagem e serem considerados aptos, esses novos participantes precisam de um acolhimento para sentirem-se integrados ao grupo. Esse momento vai ao encontro do que apresentam Gaiger e Santos (2017), quando afirmam que as práticas de solidariedade são viabilizadas e desenvolvidas no grupo a longo prazo, adaptando-se às exigências dos tempos sem desvincular-se de suas origens de cooperação, solidariedade e reciprocidade (SCHOLZ; BROCHIER; ROMERO, 2014). Neste aspecto, se evidenciaram as falas do Entrevistado 4: "Da minha parte sempre acolho bem, né, mas às vezes, onde tem muita mulher trabalhando juntas, né? Mas no geral, assim, o pessoal que entra é acolhido da mesma forma, não tem diferença porque é nova ou não"; bem como do Entrevistado 6: "[...] eu estou há dois anos, entrou vários, são bem recebidos sim, muito bem acolhidos [...]".

As coletas dos dados a partir dos instrumentos utilizados demonstram, como um dos critérios possíveis para entrada como expositor (tais critérios estão vinculados aos princípios da economia solidária), a exigência ao novo participante de que ele já esteja inserido em um grupo vinculado ao Fórum de Economia Solidária do município por ao menos 1 ano, vivenciando a solidariedade. Outro critério observado diz respeito ao produto a ser exposto, o qual deve ser um produto saudável e natural (no caso dos alimentos), sustentável, artesanal, de qualidade e diferente dos já existente nas lojas, sendo proveniente de um trabalho que seja inerente ao expositor. Após a entrada, os novos expositores são acolhidos solidariamente pelo grupo de expositores das lojas.

Na seção a seguir são analisados os dados referentes ao terceiro objetivo específico.

Critérios de punição ou exclusão pela ótica da autogestão das lojas

A perspectiva da participação na gestão coletiva e democrática proposta como conceito da autogestão, conforme Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), garante que as deliberações fundamentais sejam tomadas pelo conjunto de sócios. No entanto, Santos et al. (2016) apontam os diferentes comportamentos entre os membros, o que torna necessárias regras para harmonização e bom funcionamento do grupo, uma vez que as suas ações vão impactar nos demais participantes. Em tal contexto incluem-se as lojas da ECOSOL Canoas, em conformidade ao Entrevistado 5: "É autogestão, mas tem que ter regras, senão não funciona [...]". Percebe-se a necessidade de regramento entre os participantes, como forma de concretização dos acordos e a construção do Regimento Interno das lojas.

Deste modo, em cumprimento ao Regimento Interno, podem ocorrer sanções ou até mesmo exclusões de expositores das lojas. Cabe ressaltar que tais membros foram incluídos solidariamente como princípio da economia solidária, mas poderão ser excluídos das lojas por não se enquadrarem aos propósitos estabelecidos por elas (SCHOLZ; VERONESE, 2019).

Nesta proposição, o Artigo 21, na alínea "h", determina como dever ao usuário da loja, "Participar das reuniões das Assembleias Ordinárias e Extraordinárias do Fórum de ECOSOL", não

apenas como incentivo à participação, mas também como normativa (MENDONÇA, 2018); outrossim, o não comparecimento repetitivo (em concordância ao Entrevistado 1) é motivo de punição: “[...] é obrigatório uma de cada grupo ir nas reuniões, o fato de não comparecer já demonstra desinteresse, merecendo uma punição, sim; faltar três reuniões, já pode ficar fora da loja”. Contribuindo, o Entrevistado 8 relata que “[...] é por isso que os grupos têm que ter 4 pessoas, então, em caso de algum doente, os outros vão representar”. Neste contexto, soma-se o Diário de Campo do dia 26/04/19: “estava sendo discutida a possibilidade da participação da plenária, pois uma das participantes teria feito uma cirurgia e não poderia ir”.

Em outro aspecto, observa-se também como critério de punição ou exclusão ao expositor das lojas o não pagamento da taxa de manutenção coletiva das lojas, como afirma o Entrevistado 5: “[...] das lojas, assim, acho que punição, no início até tinha um Regimento bem rígido, quando ficava sem pagar, dois meses tu ficava sem colocar teu produto, até tu acertar a dívida, mas com o tempo foi flexibilizando isso”. Em relação à falta de pagamento da taxa de manutenção coletiva da loja, o Regimento Interno traz como possibilidade de sanções nos artigos 17 e 18:

Art. 17: O plantonista que não efetuar o pagamento da taxa por um mês ficará impedido de expor e comercializar seus produtos no mês seguinte, após sanada a dívida poderá voltar a expor os produtos.

Art. 18: O grupo que não efetuar o pagamento da taxa ficará suspenso até o devido acerto e reincidindo no erro será excluído do projeto das lojas.

A prerrogativa do pagamento das taxas de manutenção pode ser compreendida como uma característica desses empreendimentos econômicos solidários, no que tange à sua viabilidade econômica, pois, segundo Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018), para se evitar ao máximo depender de recursos externos torna-se imprescindível a cooperação de todos. A evidência dessa característica pode ser observada no Diário de Campo do dia 23/04/2019: “[...] as lojas apresentam um aspecto de limpeza e com um cheiro agradável, percebe-se um certo compromisso dos plantonistas com a organização e limpeza”. Esta compreensão também está associada ao que Gross (2016) defende como característica do cooperativismo: a cooperação, partindo da existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades dos participantes.

Em outra variável, como critério de punição, diz respeito às responsabilidades do plantonista, como evidenciado na fala do Entrevistado 7: “[...] eu acho que punição, só se a pessoa deixar de participar, não fazer o plantão, daí acaba sobrecarregando as outras pessoas, tem que fazer umas correrias, para abrir a loja”. Essa possibilidade de responsabilização dos plantões das lojas (PESSY; SCHOLZ, 2015) também é observada no Regimento Interno, que trata das possíveis sanções:

Art. 14: A pessoa responsável pelas vendas cada vez que faltar pagará uma taxa a ser definida pela Coordenação.

Art. 15: O plantonista responsável pelas vendas, que não comparecer por duas vezes, ficará impedido de expor e comercializar seus produtos por 15 dias, sendo que esses produtos serão recolhidos pela Coordenação e encaminhados para o depósito de estoque.

Art. 16: O plantonista que repetir por duas (02) vezes este procedimento será excluído do projeto das lojas.

Art. 19: O plantonista que não repuser mercadoria ou apresentá-la com características diferentes daquelas que passaram pela triagem, será advertido. O fato se repetindo, levará à exclusão do grupo do projeto.

Na perspectiva de autogestão, as lojas da ECOSOL Canoas têm critérios de punição ou exclusão dos expositores das lojas, tais como o não comparecimento nas reuniões mensais, por ao menos um integrante por grupo; também são critérios o não pagamento da taxa de manutenção coletiva das lojas e a falta de responsabilidades do plantonista. Conforme Veronese, Gaiger e Ferrarini (2017), os processos administrativos são pertinentes à gestão de um coletivo

autogestionário, pois permite ao vetor empreendedor a sustentabilidade do empreendimento, associado às práticas características do vetor da solidariedade, criando laços sociais confiáveis e mais duradouros regidos pela democracia (COSTA, 2004).

A seguir, são apresentadas as análises do quarto e último objetivo específico.

Dicotomia entre apenas geração de renda e valores coletivos

A dimensão econômica dos empreendimentos econômicos solidários é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais, por vez que ela tem surgido como uma forma alternativa de enfrentamento à exclusão ao modo capitalista. Para Pessy e Scholz (2015), os empreendimentos econômicos solidários caracterizam uma forma eficiente de geração de renda e estabelecimento das relações sociais entre pessoas e suas necessidades. Nesse contexto, as Lojas da ECOSOL Canoas têm cumprido os objetivos dentro dos quais foram constituídas; segundo o Entrevistado 2: "[...] aqui todas vendem, se não é a única renda, ou a principal, com certeza é um bom complemento, por exemplo, eu consigo pagar as contas da casa" e o Entrevistado 4 acrescenta: "[...] só tem que ter produto, tem que produzir. Se está aqui vende". Neste aspecto, se associa o Diário de Campo do dia 23/04/19: "[...] ocorrem constantes entradas e saídas de clientes na loja e há concretização das vendas".

No entanto, conforme Ferrarini et al. (2018), a reciprocidade e a redistribuição dos bens são bases das atividades, de maneira colaborativa, igualitária e coletiva nestes empreendimentos, não sendo, portanto, adequado tomá-los somente como forma de obtenção de renda. Quanto à incompatibilidade de apenas obter renda com descompromisso à coletividade (GAIGER; SANTOS, 2017), a fala do Entrevistado 3 reforça que: "[...] não tem como, na economia solidária tem que participar, antes da renda precisa pensar no coletivo, indiferente da necessidade, só pensar no dinheiro não adianta" e o Entrevistado 1 assevera: "[...] é, teria que ter a participação, né, por mais que ela produza e precisa da venda, a participação faz parte do crescimento e do aprendizado". Já o Entrevistado 6 relata que "se alguém pretende fazer artesanato e vender simplesmente, aqui não é possível, até por que o Regimento da Loja não permite. A pessoa precisa participar nos plantões, na organização, enfim". Sobre o Regimento Interno, ele traz como orientação o conhecimento das práticas da economia solidária, como exemplo no artigo 21, alínea "e", que esclarece como deveres dos usuários: "Receber os visitantes e prestar-lhes informações gerais sobre o ECOSOL, o Fórum e o processo desenvolvido nas lojas". Isso vai ao encontro do Diário de Campo do dia 25/04/19: "[...] as atendentes entrevistadas são muito simpáticas e com muito domínio sobre ao que se refere ao Fórum". Nota-se organização e normativa sobre o trabalho coletivo da loja pesquisada, tendo como referência as regras para a boa convivência do grupo, definidas democraticamente, devendo ser cumpridas para se obter o igualitarismo, um dos princípios da economia solidária (SCHOLZ; VERONESE, 2019).

Outro aspecto de reciprocidade e coletividade (BAJOIT, 2006) diz respeito às vendas, por serem lojas coletivas e com plantonistas responsáveis por vender. Neste sentido, comenta o Entrevistado 2: "[...] vendi várias peças da colega, é bem uma questão de gosto do cliente, bem pessoal. Procuo não influenciar, é bem tranquilo". Para o Entrevistado 1: "[...] sim, eu adoro, eu vendo muito mais dos outros que dos meus trabalhos". Alinhado ao mesmo pensamento, conclui o Entrevistado 9: "[...] eu fico triste se não vender nada, quando vendo um produto da colega, é igual se fosse meu". O Diário de Campo do dia 22/04/19 traz uma importante comprovação: "Quando faz a venda, ela é anotada em um livro caixa, é guardada a etiqueta de quem produziu, junto com o valor, para ser depois retirado, indiferente da presença do expositor". Em concordância a isso, o Entrevistado 1 afirma que "Quanto às vendas, cada um pega o seu valor; quando vende, fica anotado em um envelope, daí uma pessoa encarregada faz a distribuição dos valores de cada um, sem taxa, sem nada, do valor integral". Novamente se evidenciam as práticas empreendedoras de registros, controles e prestação de contas, para que a transparência e a gestão democrática prevaleçam (BRAND, 2016).

Em outra perspectiva, Gaiger, Ferrarini e Veronese (2018) pressupõem que em coletivos de geração de trabalho e renda há indivíduos com capacidade e plena racionalidade comunicativa. Constatam-se essas características nas Lojas da ECOSOL Canoas, como sugere o Entrevistado 2: "[...] a tarefa, aqui é o atendimento em comum a todos, a venda, tem que fazer tua produção, deixar tudo organizado, ajeitadinho, bem certinho para expor, caso tenha alguma dúvida". O zelo ao negócio também é objeto do Regimento Interno no artigo 21, alínea "f", referente aos deveres dos usuários:

“Zelar por sua conservação, bem como concertar e substituir o que porventura venha a se danificar durante sua participação nas lojas”. Segundo o Entrevistado 7: “[...] a ideia das regras é para não deixar a loja fechada, senão poderia sair nos momentos de baixa venda e voltar nas datas comemorativas. Por isso que pode sair quando quiser, mas, para voltar, tem que ter toda uma caminhada novamente”. Percebe-se ainda a divisão de custos, conforme o Entrevistado 1: “[...] a gente divide os materiais de limpeza, sacola, fita Durex, tudo que precisa, até mesmo os custos da maquininha do cartão, a gente paga um valor fixo todo mês, indiferente da venda, para ajudar nos custos”. Os dados descritos apontam para as práticas sociais aplicadas na autogestão da loja (VERONESE; GAIGER; FERRARINI, 2017), evidenciando elementos de gestão, de solidariedade e de normatização, que fazem do coletivo um espaço real e possível de comercialização conjunta dos produtos da economia solidária no município de Canoas, RS.

No entanto, conforme Ferrarini et al. (2018), não se trata apenas de uma forma de produção da vida material, mas de construção de vínculos e práticas capazes de promover cidadania. Esse contexto pode ser observado na fala do Entrevistado 1: “O que me deixa mais feliz é o convívio, eu gosto muito de participar, da experiência junto com as meninas, conhecimento; do artesanato eu amo, sou apaixonada, então me sinto muito bem, me deixa mais realizada”. Para o Entrevistado 5: “[...] é muito importante como realização humana, pessoal, da aproximação com as pessoas, o convívio, faz bem para a autoestima da gente”. E contribui o Entrevistado 2: “[...] me sinto bem, já sai de casa, distrai, conhece muita gente, viramos amigos, então é muito bom para gente”. O Entrevistado 6 também traz referências no sentido da importância da interação entre os participantes do empreendimento: “[...] às vezes até em questão de tratamento de depressão, o artesanato traz essa possibilidade, de tratar, porque ele liberta tua criatividade; a pessoa elogiar teu trabalho é bom pra autoestima, às vezes vale até mais que a própria venda”. A dimensão social é destacada nos trechos supracitados, identificando que a economia solidária é para além das relações econômicas e de geração de trabalho e renda: é um espaço de cidadania, de acolhida, de qualidade de vida, solidariedade e bem-viver (SCHOLZ; BROCHIER; ROMERO, 2014).

A partir da coleta e análise dos dados, entendeu-se que as Lojas da ECOSOL Canoas cumprem seus propósitos como forma de geração de renda; ademais, lá também são privilegiados os valores coletivos vinculados à economia solidária, na construção de vínculos e práticas que promovem cidadania e valorização humana.

A seguir, são apresentadas as considerações finais.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo geral compreender como a autogestão é desenvolvida na gestão compartilhada nas Lojas ECOSOL de Canoas, com vistas às práticas de solidariedade. Com base nos objetivos específicos, já respondidos na análise de dados, chega-se à conclusão de que autogestão das lojas é desenvolvida a partir do envolvimento e comprometimento dos integrantes, na divisão das responsabilidades solidariamente e nas tomadas de decisões, ao passo que elas são tomadas a partir das plenárias mensais. Cabe salientar neste aspecto que a participação às reuniões, ao mesmo tempo em que se dá como direito igualitário às tomadas de decisões, é também uma exigência aos integrantes, de tal forma que o não comparecimento a elas é critério de possíveis punições.

Em outro aspecto, contribuindo no desenvolvimento da autogestão, o Regimento Interno aponta diretrizes à autogestão, trazendo recomendações para o bom funcionamento das lojas, regulamentando as práticas a serem desenvolvidas, na adesão de novos integrantes, assim como também a responsabilização do plantonista, de vez que suas ações vão impactar diretamente aos demais e nas lojas como em um todo, de maneira que os valores coletivos vinculados aos princípios de economia solidária são privilegiados frente à obtenção de renda.

Contudo, uma carga maior de responsabilidades e tomadas de decisões recai sobre a coordenação das lojas; a ela cabem as decisões mais urgentes, assim como também um posicionamento frente às divergências, o que demanda ao mesmo tempo liderança e moderação. Salienta-se que a autogestão incorre em um importante aspecto: os membros de coordenação são eleitos pelos demais participantes, ao mesmo tempo que são expositores igualmente e sem qualquer oneração.

A coordenação exerce um papel fundamental frente à organização dos empreendimentos de economia solidária, tendo notável e direto impacto nas conquistas e no crescimento ou no fracasso

desse. A ela ficam subentendidos dois fatores de antagonismo relevantes: enquanto por um lado a indicação repetida dos membros que a compõem poderá ocasionar poderes diretivos enérgicos, causando danos à autogestão, nas tomadas de decisões de forma igualitária; por outro lado, a repetição dos membros que fazem coordenação traz expertises no enfrentamento aos interesses coletivos, assim como também nas relações frente aos poderes governamentais, proporcionando representatividade nos debates em que estão inseridos. No caso em questão, a coordenação das Lojas apresenta uma liderança positiva, não somente nelas, mas também nas questões relacionadas ao Fórum de Economia Solidária do município. Tal fato é constatado quando invariavelmente a coordenação é citada nas entrevistas como forma de luta e conquistas, assim como também nas tarefas desempenhadas. O Regimento Interno das Lojas dá autonomia à coordenação nas questões e decisões mais urgentes, e ao mesmo tempo se submete à autogestão dos participantes, permitindo a reeleição dos coordenadores, mesmo por tempo maior que o regido, dada à relevância e positividade dos eleitos.

Em outro viés, a escolha de uma equipe de coordenação é um fator de moderação, frente a divergências, que evidentemente ocorrem, como por vezes queixas acerca das decisões e posicionamento da coordenação, assim como pontos de vistas adversos. Como atribuição da coordenação cabe também o desígnio de resistência, tanto na luta direta a favor dos objetivos coletivos das Lojas, como também na manutenção dos princípios da economia solidária, como por exemplo a sustentabilidade e a produção de trabalho artesanal, antes da obtenção do lucro e renda.

À luz da teoria em que está inserida, confrontado com a prática empírica pesquisada, pode-se afirmar que as Lojas da ECOSOL Canoas cumprem seu papel como ferramenta de desenvolvimento econômico e regional, proporcionando aos expositores trabalho geração de renda, solidariedade e valorização humana em suas práticas. Devem-se considerar, no entanto, peculiaridades, assim como possibilidade de divergências no dia a dia, fatos que não as constituem como utopicamente perfeitas, mas sim possíveis e viáveis pela ótica da autogestão, correspondendo ao propósito para os quais foram criadas.

Finalmente, ressalte-se que a construção do presente artigo foi bastante satisfatória e gratificante, primeiramente pelo convívio caloroso com os expositores durante a pesquisa em campo e também pelo testemunho da possibilidade e viabilidade de empreendimentos econômicos solidários – desde que seus integrantes estejam convictos e envolvidos com os princípios básicos de economia solidária, sobretudo cooperação, solidariedade e autogestão. Partindo disso, deixa-se como recomendação à comunidade um olhar especial a tais práticas e vivências. Aos órgãos governamentais, não apenas a criação de marcos regulamentares, mas também de mecanismos que facilitem a implementação e efetividade desses empreendimentos.

Como indicação de futuros estudos, sugere-se uma pesquisa acerca do marketing social, no sentido de dar maior visibilidade às Lojas da ECOSOL Canoas, contribuindo para o seu crescimento, assim como para favorecer a difusão de suas práticas para expansão em novos empreendimentos.

Referências

BAJOIT, Guy. **Tudo muda**: proposta teórica e análise da mudança sociocultural nas sociedades ocidentais contemporâneas. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2006.

BRAND, Fabiane Cristina. O empreendedorismo em uma dimensão de economia solidária: uma revisão teórica. **Desenvolve**: Revista de Gestão do Unilasalle, Canoas, v. 5, n. 1, p. 153-174, mar. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/2316-5537.16.19>. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/2316-5537.16.19/pdf>. Acesso em: 03 abr. 2019.

BORGES, Maria de Lourdes et al. Interações e ações dos sujeitos na cultura da gestão de resíduos. **Mouseion**: Revista Eletrônica do Museu e Arquivo Histórico La Salle, Canoas, n. 14, p. 99-120, jan. 2013. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/1018>. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Mouseion/article/view/1018>. Acesso em: 20 abr. 2019

CAMPOS, Claudinei José Gomes. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, out. 2004. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-71672004000500019>. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2019.

COSTA, Ana Paula Borba. **Processo de incubação em economia solidária à luz de preceitos de autogestão: experiências de estudantes de graduação da OASIS/UFRN**. 2018. 75f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/25771>. Acesso em: 05 abr. 2019.

FERRARINI, Adriane Vieira et al. Empreendimento econômico solidário e empresa social: ampliando abordagens e integrando conceitos no diálogo Norte-Sul. **Polis**, Santiago, v. 17, n. 49, p. 299-322, mai. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682018000100299>. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682018000100299&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2019.

GAIGER, Luiz Inácio Germany; SANTOS, Aline Mendonça dos. **Solidariedade e ação coletiva: trajetórias e experiências**. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 2017.

GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane; VERONESE, Marília. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 1, p. 137-169, mar. 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/001152582018149>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582018000100137&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GROSS, André. **Memórias institucionais da reciclagem de resíduos pós-consumo em duas cooperativas da economia solidária**. - Centro Universitário La Salle, Canoas, 2016. Disponível em: http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2016/agross.pdf. Acesso em: 03 abr. 2019.

MENDONCA, Suzana Fernandes. Deveres Fundamentais de Solidariedade. **Revista de Derecho**, Montevideo-Uruguai, [S.l.], n. 18, p. 91-116, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.22235/rd.v18i2.1666>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2393-61932018000200091&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Qualitative analysis: theory, steps and reliability. **Ciência & Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, mar. 2012. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232012000300007>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 abr. 2019.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 18. ed. Campinas: Papyrus, 2016.

PESSY, Roseana Benelli; SCHOLZ, Robinson Henrique. Análise do perfil dos empreendedores de economia solidária que participam do Fórum canoense de economia popular solidária de Canoas-RS. In: SCHOLZ, Robinson Henrique; BORGES, Maria de Lourdes. **Práticas sociais na economia solidária: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação**. Canoas: Ed. do Unilasalle, 2015. p. 141-162.

SANTOS, Clarice Silva et al. Psicologia & economia solidária: possíveis intervenções. **Diálogo**. Revista Temática Acadêmico-Científica do Centro Universitário La Salle, Canoas, n. 31, p. 47-57, abr. 2016. DOI <http://dx.doi.org/10.18316/2238-9024.16.23>. Disponível em: <http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/2238-9024.16.23>. Acesso em: 4 abr. 2019.

SCHOLZ, Robinson Henrique; BROCHIER, Rita de Cássia da Rosa Sampaio; ROMERO, Mychel da Silva. Dádiva, inovação social e liderança solidária compartilhada em cooperativas de catadores. SCHOLZ, Robinson Henrique (Org.). **Economia solidária e incubação**: Uma construção coletiva de saberes. São Leopoldo: Oikos, 2014, p. 25-46.

SCHOLZ, Robinson Henrique; VERONESE, Marília Veríssimo. Contribuição da estratégia como prática à liderança solidária compartilhada. In: SALVAGNI, J.; NODARI, C. L.; LIBARDONI, P. J. (Org.). **As organizações e o trabalho no Brasil contemporâneo**. Curitiba: Appris, 2019, p. 171-185.

SEGHETTO, Alexandra Carla; SCHOLZ, Robinson Henrique. Gestão cooperativa e suas práticas em uma cooperativa de catadores de resíduos sólidos urbanos. In: SCHOLZ, Robinson Henrique; BORGES, Maria de Lourdes. **Práticas sociais na economia solidária**: tecendo experiências e pesquisas sobre incubação. Canoas: Ed. do Unilasalle, 2015. p. 11-32.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

VERONESE, Marília Veríssimo; GAIGER, Luiz Inácio; FERRARINI, Adriane Vieira. Sobre a diversidade de formatos e atores sociais no campo da Economia Solidária. **Caderno CRH**, Salvador, v. 30, n. 79, p. 89-104, abr. 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-49792017000100006>. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792017000100089&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 abr. 2019.

YIN, Robert K, **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.